

Ata da 9ª Sessão Ordinária no 1º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 14 de abril de 2015.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quinze, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Nona Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Terceiro Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu à Segunda Secretária que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a presença de todos. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu à Primeira Secretária que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: **INDICAÇÕES**: - n.ºs **204, 205 e 206/15**, de autoria do ver. **Oswaldo São Pedro Pereira**; - n.ºs **207, 208, 209, 210, 211 e 212/15**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **213, 214, 215, 216 e 217/15**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **218, 219, 220, 221 e 222/15**, de autoria da Vereadora **Marina Pereira da Rocha**; - n.ºs **223, 224 e 222/15**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **226, 227, 228, 229 e 230/15**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; **COMUNICADO**: **CM04107/2015**, do Ministério da Educação. A seguir, passou a palavra aos vereadores. Com a **palavra**, a Vereadora **Marina Pereira da Rocha** iniciou suas palavras dizendo que era lamentável o que estava acontecendo no município, em que quase mil pessoas foram demitidas sem aviso e sem preparação, e que tal ocorrência complicava cada vez mais a situação do município. Parabenizou os integrantes daquela Casa Legislativa, que no dia anterior, quando souberam da notícia, rapidamente tomaram a decisão e se reuniram naquela Casa e, em consenso, decidiram por chamar o Secretário de Governo para que viesse prestar esclarecimentos à população. Falou que deveriam cobrar dele, do Secretário, um esclarecimento e solução, porque do jeito que estava não podia ficar, e que tal situação configurava uma covardia para com o povo. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou a nobre Edil por suas palavras e disse que na manhã do dia anterior aquela Casa fora surpreendida por aquela notícia, em que novecentos e sessenta funcionários da Prefeitura de Guapimirim haviam sido dispensados dos seus serviços, dizendo que aquilo o entristecera muito, e tinha a certeza de que também entristecia a cada um dos vereadores daquela Casa, pois a maior prejudicada, certamente, era a população de Guapimirim. Falou que entendiam que aquilo se tratava de uma questão que transcendia uma política partidária; era uma questão de política administrativa. Enfatizou que aquele Parlamento não iria compactuar com aquele tipo de pensamento, independente de quem fosse o culpado, se era o Executivo ou o Judiciário, e considerava ser uma questão de humanidade, que extrapolava uma política administrativa, uma vez que quase mil pessoas e mil famílias iriam ficar desempregadas dentro do município, lembrando que Guapimirim era um município que já vinha sendo massacrado havia

muitos anos pela política local, portanto, a população e os funcionários mereciam respeito. Reiterou que aquele Parlamento iria se posicionar convocando o Secretário de Governo, inferindo que eles, os Vereadores, buscavam um pacto de governabilidade, porém, tal atitude não isentava aquela Casa de Leis de se posicionar a favor do bem maior e maior patrimônio que havia em no município deles, qual seja, a população de Guapimirim. Parabenizou novamente a nobre Edil por estar abraçando aquela causa. Com a **palavra**, o vereador **Fernando Amaro Garcia** parabenizou o Sr. Presidente por ter marcado uma reunião com os vereadores no dia anterior, e disse que infelizmente muitas pessoas pensavam que eles não estavam sabendo do problema, e a verdade era que eles, os parlamentares, ficaram muito preocupados com a população de Guapimirim, que eram pessoas que dependiam daquele salário e tinham dívidas a pagar como, por exemplo, o aluguel da sua casa. Assim, pediu encarecidamente aos integrantes daquela Casa, para que pudessem tomar todas as medidas cabíveis e ajudar a população de Guapimirim, pois a mesma estava sofrida. Finalizando, disse que sabiam que as coisas eram difíceis, mas que podiam contar com a ajuda dele, Ver. Fernando, e acreditava que com a dos demais nobres Edis também. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que a população vinha sendo massacrada, e aquilo era uma questão de cultura, uma vez que percebiam, muitas vezes, que as pessoas não separavam os poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário. Explicou que a Constituição era clara quando descrevia que os Poderes eram independentes, porém, harmônicos entre si. Disse que naquele mesmo dia fora surpreendido em sua chegada ao trabalho, quando um cidadão viera questioná-lo o porquê de a Câmara não fazer nada, e imediatamente respondeu-lhe que a Câmara estava fazendo, sim, mas que não havia como se anteceder ao problema, o qual eles não tinham conhecimento. Falou que no momento em que aquela Casa tivesse conhecimento de qualquer ação que viesse a prejudicar a população de Guapimirim, ele tinha a certeza de que os nobres Pares daquela Casa de Leis iriam se posicionar em prol do maior patrimônio do município, que era a sua população. Então, novamente parabenizou o nobre Edil. Com a **palavra**, o vereador **Oswaldo Pereira** iniciou suas palavras externando sua preocupação com a população, porque eles, os Vereadores, eram moradores de Guapimirim e conheciam a dificuldade de emprego que existia na cidade, e que quando recebiam uma notícia daquela, de que novecentos e sessenta pessoas ficariam desempregadas no município deles, ficavam muito preocupados, visto que o problema não ficaria restrito ao âmbito do desemprego, mas iria causar um grande impacto na cidade. A começar pelos comerciantes, os quais já estavam preocupados com aquela demissão em massa na cidade, uma vez que dependiam dos funcionários da Prefeitura para consumir no seu comércio. Por tais razões, disse que o assunto era muito mais grave do que aparentava, não sendo limitado simplesmente a uma demissão, e que, certamente, levaria a um descontrole total na economia do município. Dando continuidade, disse que algo estava faltando para a população, no caso, a informação,

pois as pessoas estavam sendo dispensadas e não sabiam se iriam receber as indenizações a que tinham direito como, por exemplo, o aviso prévio e o seguro desemprego, e aquela falta de informação era que causava desespero aos demitidos. Esclareceu que no momento em que aquela Casa tomara conhecimento das demissões, imediatamente, como bem dissera o Vereador Fernando anteriormente, o Sr. Presidente fizera ligações telefônicas para cada vereador para que eles pudessem estar reunidos, a fim de tomarem uma providência sobre o fato, ocasião em que lhe respondeu que podia contar com ele, Ver. Osvaldo. Relatou ainda que fora funcionário de uma empresa durante vinte e um anos e sabia da dificuldade quando um funcionário perdia o seu emprego, principalmente, quando ele não sabia de que forma iria receber os seus benefícios, porque quando o funcionário era dispensado e tinha a certeza de que iria receber os seus direitos, a pessoa podia se organizar para aquilo, mas quando não havia aquela certeza causava desespero. E era o que estava acontecendo com algumas daquelas pessoas que os estavam procurando, pois não sabiam como iriam conduzir suas vidas. Falou que naquela Casa cada um fora eleito pelo povo e deveriam dar uma resposta à população, e estava convicto de que aquela Casa iria dar uma resposta à altura, haja vista a imediata convocação do Secretário de Governo para que viesse àquela Casa prestar esclarecimentos. Considerava que aquela era uma conduta plausível que a Casa de Leis estava promovendo, pois se tornara imprescindível que atitudes como aquela fossem tomadas. Disse que era como o Sr. Presidente havia falado, que não importava de quem fora a culpa, mas era necessário que se encontrasse uma solução, pois se o culpado fora o Poder Judiciário, o Executivo ou a Empresa, o que eles precisavam era buscar uma solução para dar respostas à população. Saliu de seu gabinete à disposição para a população, assim como tinha a certeza de que os demais Vereadores também estariam. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o Edil Osvaldo Pereira por suas palavras e disse que não poderia esperar que fosse diferente, que o vereador, como grande guerreiro que era, vinha lutando pelos trabalhadores daquele município, e não só pelos da empresa pública como também pelos da privada, e disse que deveriam atentar, sim, para as Leis Trabalhistas, ou seja, ao respeito de tais Leis, porque a população e os funcionários mereciam respeito, portanto, as Leis deveriam ser seguidas em sua plenitude, sendo inadmissível que se trabalhasse e não se recebesse pelo tempo trabalhado. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que era lamentável tal fato, e que aquela Casa já vinha, havia algum tempo, cobrando para que o Executivo fizesse a licitação novamente para novas empresas, só que infelizmente a Justiça também havia cancelado a licitação e, no momento, determinara a saída da empresa e, conseqüentemente, a saída de seus funcionários. Asseverou que eles, os vereadores, precisavam saber o que tinha motivado aquelas demissões, e também quem iria pagar o aviso prévio e indenizar aquelas pessoas, pois eles trabalharam vários anos e precisavam receber seus direitos. Indagou ainda sobre quando seria realizada uma nova licitação para contratação de nova empresa, a fim de

que aquelas pessoas fossem readmitidas. Ressaltou que não podiam tolerar tal situação, porque sabiam que as contas iriam chegar ao final do mês e as pessoas não teriam como pagá-las. Em seguida, sustentou que podiam ter certeza de que aquela Casa vinha cobrando e, também, era uma obrigação deles, qual seja, fiscalizar. Assim sendo, deveriam cobrar explicações do Executivo, como já explicitara o vereador Osvaldo, e se tivesse sido culpa da Justiça, que ao mesmo tempo em que cancelava uma licitação e logo depois determinava a extinção do contrato com a empresa prestadora de serviço da Prefeitura, permitindo a demissão de seus funcionários, todos os fatos deveriam ser apurados, o que somente seria esclarecido na reunião com o Secretário de Governo. Por fim, o Ver. Franklin Adriano reiterou que não tolerariam covardia com a população, afirmando que o seu Gabinete estava à disposição da população, assim como o da Iconha. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que, com certeza, aquele sentimento era o de todos os pares daquela Casa. Falou que estava preocupado, principalmente, com as questões trabalhistas, dizendo que se o profissional tinha trabalhado, precisava receber pelo seu serviço. Com a **palavra**, o vereador **Alcione Barbosa Tavares** disse que, infelizmente, já haviam passado por aquela situação em dois mil e treze, e que foram seiscentas e trinta e uma pessoas demitidas no município em decorrência do Concurso promovido pela Prefeitura, e daquela vez o número aumentara, alcançando o total de novecentas e sessenta pessoas demitidas, salientando que se tratava de pessoas trabalhadoras, as quais se esforçavam e se dedicavam ao município. Narrou que recebera pessoas chorando em seu Gabinete, e aquilo realmente dava uma força maior para eles trabalharem e buscar a solução. Concordou que o dia vinte e oito do corrente mês seria uma excelente data para a reunião, todavia, sugeriu que ao final daquela Sessão procurassem o Sr. Prefeito e o atual Secretário, ou alguém de direito, salientando que considerava o dia vinte e oito uma data muito distante para quem estava esperando. Assim, convidou os Pares daquela Casa para irem até o Prefeito e buscarem uma resposta imediatamente. Comentou sobre as palavras do vereador Osvaldo, e falou que ele fora muito feliz no que dissera, e que estava refletindo ao mesmo tempo em que fazia umas contas. Exemplificando, disse que se pegassem o salário de oitocentos a mil e trezentos reais, ou seja, uma média de mil reais, e se multiplicassem por novecentos e sessenta, por pessoa que fora demitida, que ao final do mês totalizaria a quantia de novecentos e sessenta mil reais. Concluiu que aquilo seria a economia do município, então, iria refletir no botequim, no comércio local, no supermercado, enfim, verificava-se que o município que iria arcar com aquelas consequências. No mais, agradeceu aos seus Pares e parabenizou o Sr. Presidente pela atitude de tê-los chamado para conversar e discutir sobre aquele grave problema, oportunizando que ficassem a par da situação. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que ele deveria parabenizar o Ver. Alcione por sua nobre atitude, e que não poderia ser diferente, o que só fazia crescer sua admiração pelo mesmo, o qual nutria todo o carinho e

cuidado com a população de Guapimirim. Reiterou que não poderia ser diferente a atitude de Sua Excelência e estava convicto de que os pares daquela Casa estariam se reunindo, sim, ao término da Sessão, para buscarem junto ao Poder Executivo maiores informações no que tangia àquela demissão em massa. Em **aparte**, o vereador **Alcione Barbosa Tavares** disse que ficavam preocupados também com as crianças, esclarecendo que várias merendeiras tinham-lhe procurado, levando-o a se perguntar como estava sendo o andamento daquela situação nos colégios, nos postos de saúde, bem como se haviam pensado acerca daquela formulação nos mencionados espaços, ou seja, se as crianças estavam recebendo a merenda adequada, etc. Assim, deixou o seu apelo mais uma vez para que pudessem estar intensificando as cobranças, para uma solução imediata. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que o nobre Edil estava completamente certo, informando que eles já estavam tendo dificuldades, e que a Vereadora Rizê estava sempre lutando e brigando pelo Segundo Distrito, visto que o Poder Público não estava se fazendo presente naquela localidade, e o nobre Edil, como todos os pares daquela Casa em geral, vinham lutando muito por aquelas providências, e solicitado ao Poder Público para que se fizesse presente nos bairros onde cada um tinha a sua liderança. Complementou avisando que já estavam enfrentando dificuldades com aqueles mil funcionários e, atualmente, com menos novecentos e sessenta funcionários indagou se aquilo não iria atrapalhar o andamento do serviço público e, conseqüentemente, trazer mais algum tipo de transtorno, o que já se verificava, pois eles já vinham sofrendo, como por exemplo, elaborando Projetos e Indicações, os quais não eram executados e, no momento, com o número de funcionários reduzido tinha a certeza de que a dificuldade seria muito maior. Então, concluiu que era uma questão de humanidade, pois os trabalhadores estavam desempregados e não teriam a dignidade de colocar a comida em casa; veriam seu filho pedir o leite e não teriam condições de comprá-lo e, certamente, tal situação iria causar um impacto social muito grande dentro do município. Ultimando, parabenizou mais uma vez os pares daquela Casa por estarem abraçando aquela causa e lutando pela população de Guapimirim. Com a **palavra**, o vereador **Rosalvo de Vasconcellos Domingos** parabenizou os pares daquela Casa e os que já haviam tido a oportunidade de fazer o uso da palavra, porque explanaram muito bem em defesa da população. Revelou que estava muito triste com o fato ocorrido, e deixou claro para a população que aquela Casa de Leis não sabia que aquela demissão em massa viria a acontecer e só ficaram sabendo na manhã do dia anterior, na segunda-feira, e ainda assim se reuniram rapidamente, a fim de tomar as medidas cabíveis para defender o povo de Guapimirim. Continuando, disse que não parava de chegar informação para ele, aliás, como acontecia naquele momento, em que havia sido comunicado que o Posto João Arruda apresentava demora de uma semana para realizar marcação de exames, devido à falta de funcionários. Falou que o vereador Franklin fora muito feliz em sua explanação ao dizer que a população precisava de prazos e respostas, porque estavam demitindo mas não informavam se os funcionários

teriam direito de receberem seu Fundo de Garantia e o seu Seguro Desemprego. Classificou tal atitude como sendo “sacanagem”, e disse que se alguns daqueles desempregados tivessem uma pessoa enferma dentro de casa, não teriam como comprar o remédio, assim como aquele pai que pagava o estudo do filho e precisava comprar seus livros e cadernos. Exemplificou dizendo que uma pessoa que fizera uma prestação contando com o seu emprego ficaria inadimplente e teria o nome inscrito no SPC, questionando, em seguida, quem iria pagar a conta. Assim sendo, asseverou que eles não estavam satisfeitos com aquela situação, e o primeiro passo que tomaram tinha sido o de convocar o Secretário de Governo para prestar esclarecimentos, atitude mais do que justa para aqueles funcionários. Parabenizou novamente os seus companheiros, esclarecendo que a chama ainda estava acesa, visto que o problema era recente, mas para que eles pudessem resolvê-lo era necessário que a população estivesse ao lado dele. Finalizando, disse que deveriam lutar juntos, a fim de que conseguissem solucionar aquela problemática, e que para tal contava com todos os companheiros daquela Casa. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, afirmando que o mesmo era um guerreiro que estava sempre lutando com muito afinco em suas palavras e nos seus ideais, e o que mais lhe fortalecia, ao Presidente, era poder ver aquele despreendimento de vaidade que havia dentro daquela Casa de Leis, com um Vereador sempre apoiando a ação do outro e sempre lutando em prol da população. Falou que o nobre Edil estava completamente certo, porque aquela chama estava acesa e deveriam buscar uma solução; que estavam expondo o problema e iriam buscar uma saída, a fim de que o mesmo fosse devidamente sanado. Relatou que no dia anterior estivera em seu Gabinete e o ocorrido tinha-lhe “cortado” o coração, e que às onze e meia da noite estava ligando para os seus Assessores, porque não conseguia tirar aquilo da sua cabeça. Disse que como o Vereador havia falado sobre famílias que precisavam do emprego, e ainda que fosse de um salário mínimo, tratava-se de um emprego digno, o qual possibilitava que se levasse o alimento para sua casa. Narrou que no dia anterior estiveram em seu Gabinete um pai com o filho doente, o qual havia se acidentado, dizendo que era mais uma família desempregada, e que o mesmo não sabia o que fazer para cuidar do seu filho que precisava de cuidados especiais, e tal situação o emocionara profundamente, e tinha a certeza de que o mesmo acontecia com cada um dos que se faziam presente ali. Logo, disse que era inadmissível que aquilo acontecesse, e que o prazo, assim como as soluções deveriam ser fornecidos. Com a **palavra**, o vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras dizendo realmente o que havia acontecido naquela semana fora uma covardia, mas que todos os vereadores estavam “de parabéns”, pois estavam focando no desemprego da Prefeitura, fato que, com certeza, iria atingir os comércios locais, porque aquele dinheiro era o grande responsável pela engrenagem que movimentava o município, cuja quantia era calculada em milhão de reais por mês. Disse que acreditava que seriam demitidas pessoas que trabalhavam nos mercados, bem como

de todos os comércios da cidade, e que a situação ficaria muito pior do que eles estavam imaginando. Falou que deveriam lutar para que o povo tivesse o direito dele, sendo a garantia de pagamento do benefício do Seguro Desemprego o mínimo que eles podiam fazer pela população, a qual estava sofrendo naquele momento. Ressaltou que como o vereador Alcione dissera, era o que deveriam fazer, ou seja, ao término da Sessão deveriam se encaminhar até o Executivo buscar soluções; não poderiam esperar por tanto tempo, lembrando que infelizmente na próxima semana haveria um feriado, logo, deveriam articular-se para que pudessem estar unidos, pois como observara o Ver. Rosalvo, a chama estava quente e eles não podiam deixá-la se apagar, assim, deveriam encontrar uma forma de estar ajudando a população de Guapimirim. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que o mesmo estava completamente certo, e que ele próprio, como empresário local, também iria sofrer as consequências. Disse que Sua Excelência fora muito feliz em suas palavras, porque a partir do momento em que o dinheiro deixava de circular na cidade o impacto era sentido também no comércio, então, automaticamente, o comerciante não teria como manter o funcionário, e a situação iria só se agravando, logo, deveriam continuar aquela luta em prol da população. Com a **palavra**, a vereadora **Rizê da Silva Silvério** iniciou suas palavras parabenizando o Sr. Presidente por ter tomado a iniciativa de terem se reunido no dia anterior, e disse que na verdade tinha sido surpreendida com a notícia, já no fim de semana, pois na última sexta-feira houvera uma reunião na Secretaria de Educação, e após a mesma, disse que o telefone não parava de tocar, afirmando não saber ao certo se era da parte do Secretário ou o Subsecretário. Relatou que logo depois muitas pessoas foram chegando a sua residência, e ela, Rizê, pedia calma a todos porque ainda não tinha conhecimento de nada. Disse que ficava muito chateada porque o Executivo, às vezes, tomava determinadas medidas deixando-os tão surpreendidos quanto os munícipes, não sabendo o quê responder às pessoas. Acreditava que pela reunião que tiveram no dia anterior, todos haviam sido surpreendidos com aquela notícia, porque eles esperavam uma ação e sabiam que haveria uma substituição de Firma e que alguns funcionários estavam cumprindo aviso prévio, e, conseqüentemente, a transição seria efetivada. Porém, de repente, tinha-se necessidade de que as Diretoras reduzissem o quadro de funcionários e decidissem qual funcionário iria permanecer trabalhando. Tal atitude ocasionara um verdadeiro caos, uma loucura, com pessoas chorando, etc. Ademais, havia famílias em que o marido e a mulher estavam desempregados. Dando continuidade, a Vereadora falou que mais uma vez estavam em uma situação difícil, e para ela tratava-se de uma das piores enfrentadas nos últimos tempos, ou seja, aquela demissão em massa. Disse que o Vereador Alcione havia lembrado aquela situação do Concurso Público, sobre os funcionários do município que não foram aprovados, e houvera aquele transtorno, e, no momento, em relação àquela atividade meio, estava havendo um outro choque, o que era lamentável. Revelou que estava estarecida e muito chateada com aquela situação, e que seu final de semana fora preocupante. Enfatizou

que eles, os Vereadores, sendo representantes legítimos da população e integrantes daquela Casa, não iriam abandonar os funcionários; ao contrário, iriam enfrentar aquela dificuldade juntos. Asseverou que iriam procurar o Prefeito e descobrir o que tinha acontecido, pois sabiam que havia uma Ordem Judicial naquela história, e independente de qualquer coisa, os direitos dos trabalhadores deveriam ser garantidos, caso contrário, a Constituição deveria ser rasgada. Complementou dizendo que era não possível que o trabalhador não tivesse o seu direito garantido, visto que ela própria já tinha sido funcionária de contrato naquela Prefeitura, tendo sido assombrada por muitos anos, até fazer o seu primeiro concurso público na cidade, pois sempre soubera que na condição de contratada, poderia deixar de ser funcionária a qualquer instante. Apesar de ter vivenciado tal situação, em nenhum momento ficara preocupada se iria receber os seus direitos ou não; logo, eles, os Vereadores, precisavam agir com cautela, primeiramente, indo buscar informações. Falou que a todo o momento, desde que chegara àquela Casa Legislativa, ela vinha falando sobre prazos, datas e informações, e deduziu que no município pecavam por não fornecerem informações. Afirmou que havia casos e uma cultura em Guapimirim em que o funcionário estava trabalhando e, às vezes, era surpreendido sem o pagamento no final do mês, pois o tinham demitido, embora tenha trabalhado o mês inteiro. Disse que não estava falando mentira, e que eles precisavam ter mais cuidado com aquelas pessoas, com aquelas famílias, haja vista que eram munícipes e próximos a eles, e que inclusive tinham parentes naquela situação, além de amigos e pessoas que necessitavam do emprego. Explicitou que por muito tempo ela tinha apenas um vencimento na sua vida, que era o salário da prefeitura, do cargo de professora de Guapimirim, e era com aquele salário que sustentava a sua casa, assim, ela sentia na pele o que estavam passando, e enfatizou que aquela situação não podia permanecer. Disse, ainda, que sua preocupação no momento não era descobrir quem seria o culpado, mas, sim, que se garantissem os direitos dos trabalhadores. Novamente, falou que o vereador Alcione estava certíssimo quando dissera que através daquele requerimento teriam algumas respostas no dia vinte e oito daquele mês, mas que ao término daquela Sessão deveriam ir até o Sr. Prefeito. Disse que independente daquela situação teria mesmo que ir procurá-lo, uma vez que estava com um grupo de professoras, o qual estava aguardando desde o dia cinco de março que chegasse àquela Casa para votação, o reajuste dos treze por cento do FUNDEB no salário do professor, assim como uma série de outras coisas. No entanto, foram surpreendidos com aquela notícia. Então, disse que em primeiro lugar eles precisavam manter uma certa tranquilidade, embora soubesse que era muito difícil, porque aquilo refletia demais em suas vidas, tendo por consequência uma cadeia, como o Vereador Magal explicitara anteriormente, impactando no comércio local e ocasionando mais demissões no município, portanto, precisavam ter uma posição. Disse que o Legislativo daquela Casa se colocava à disposição e que fizessem pedidos ao Executivo e procurassem o Juiz, o Dr. Rubens, e que

encontrassem uma maneira de as famílias serem preservadas, porque ela, Ver. Rizê, já estava vendo lá na frente o pai e a mãe com a cabeça “cheia”, e chegando as crianças sem que houvesse uma palavra com o filho; sem saber o que iria comprar e como faria para pagar a conta de energia, que por sinal, estava um absurdo. Enfim, era uma situação que a deixava sem palavras para expressar o seu sentimento em relação ao que Guapimirim estava sofrendo atualmente. Porém, assegurou que iria se empenhar e se colocava à disposição para tentarem resolver tal problemática o quanto antes, porque a conta não iria esperar. Finalizando, ressaltou que dava graças a Deus pelo fato de a população ter acesso àquela Casa. Em **questão de ordem**, o Ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos** disse que gostaria de dar uma palavra aos funcionários da Educação. Disse que a Vereadora Rizê havia comentado a respeito do aumento dos treze por cento do salário dos professores, e esclareceu que eles, os vereadores, só não aprovaram o aumento porque não tinha chegado ainda àquela Casa, e que a aprovação se daria da mesma forma como acontecera com o Plano de Carreira da categoria. Declarou que se colocava à disposição, e quando o requerimento pelo aumento chegasse ali poderiam ter a certeza de que teria o seu voto e dos demais vereadores também; estava convicto de que todos estariam juntos na busca daquele benefício, pois eram merecedores. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que certamente aquela Casa vinha se mostrando à disposição da Educação, e como o Vereador acabara de citar, tinham aprovado o Plano de Carreira de todos os profissionais da Educação, o qual se encontrava engavetado havia anos e nunca fora posto em votação naquele Plenário, e aquela Casa assim o fizera. Parabenizou a vereadora Rizê por suas palavras e por sua dedicação não só com a educação, mas também com toda a população de Guapimirim. Disse que tinha a certeza de que a nobre Edil quando dizia que não tinha palavras, estava sendo verdadeira, porque ele tinha a convicção de que naquela Sessão o sentimento de cada um dos vereadores daquela Casa estava nítido; era um sentimento de tristeza, a Sessão mais triste que já fizeram no decorrer de todo o mandato, mas tinha a certeza, também, de que dariam a volta por cima e transformariam aquele sentimento. Lembrou, em seguida, que a vereadora comentara acerca da terceirização e atividades fins e meio, informando que já existia tramitação no Congresso, salvo engano, no Projeto de Lei 4330, o qual abordava a contratação de serviços especializados, bem como para as atividades fins e meio. Disse que o município havia se ajustado e realizado o concurso, assim, parabenizou o Executivo por ter se adequadado naquele sentido. No entanto, afirmou que existiam outras ações que poderiam desenvolver, que trouxessem benefício à população e emprego para o município, dizendo ainda que para que houvesse uma demissão em massa daquele porte, tinha que haver uma oferta contrapondo aquilo, e tal atitude se fazia necessário. No caso em questão, o Poder Público poderia promover uma política de incentivo, a fim de trazer empresas para o município, ou seja, empresas privadas que pudessem dar dignidade à população e, principalmente, ao chefe de família, no sentido de o mesmo ter condições de alimentar sua

família. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Requerimento s/nº**, de autoria da **Mesa Diretora**, para “que seja convocado o ilustre Secretário de Governo, para que possa manifestar-se a respeito das demissões em massa ocorridas na Prefeitura Municipal de Guapimirim”. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **pedido de urgência** feito pelo **Poder Executivo** para votação do **Projeto de Lei n.º 1078/15**, de sua autoria. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o pedido de urgência foi **aprovado** por unanimidade. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1078/15**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Projeto de Lei foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Requerimento n.º 008/15**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram onze horas e sete minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Rizê da Silva Silvério**, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.